

# O turismo rural e o potencial cultural

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo apresenta elementos para o estudo da potencialidade de um local ou região para o turismo rural, enfocando o caso do potencial cultural da região do Norte Velho do Paraná e seu subaproveitamento.

**Palavras-chave:** atratividade, elementos culturais, Geografia, Norte Velho do Paraná, turismo rural.

HUERTAS CALVENTE, M. del C. M. O turismo rural e o potencial cultural. *UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 83-90, mar. 2000.

## Introdução

A importância atual e crescente do turismo no espaço geográfico, nas mais diversas escalas, de local a mundial, é incontestável. Nos mais recônditos lugares aparecem os projetos e a prática social do turismo e, na diversificação que acompanha esse processo, cresce o denominado turismo rural. Este artigo, no enfoque da Geografia Humana, abordando especificamente a questão da atratividade e dos elementos culturais, está baseado em uma pesquisa mais abrangente, em andamento.

## Os Elementos Culturais da Potencialidade para o Turismo

Potencialidade, partindo do significado léxico da palavra, vai ter, entre outros, o sentido de caráter do que pode ser produzido (ou produzir-se) mas que ainda não existe. A questão principal decorrente, para os estudiosos do turismo, e que pode interessar por uma revisão da literatura, é: quais são as características pré-existentes, de acordo com os diversos autores, que permitem a avaliação da potencialidade de um local ou região para o turismo rural?

Uma primeira referência pode ser localizada na discussão apresentada por Graziano da Silva; Vilarinho & Dale (1998): o turismo rural pode ocorrer em locais sem recursos turísticos extraordinários, ampliando a possibilidade do turismo para grande parte do território. Em uma primeira análise, percebe-se que nem sequer o fato de estar localizada em uma área considerada urbana tem impedido que algumas propriedades se dediquem à atividade. Mas os visitantes que decidem participar do turismo rural querem algo em troca.

Segundo a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo (Ministério, 1994) o turismo rural é uma atividade *multidisciplinar* que se realiza fora de áreas intensamente urbanizadas, caracterizada por empresas turísticas de pequeno porte, voltadas para as práticas agrícolas e pecuárias. As atividades propostas são caminhadas; visitas a parentes e amigos; visitas a museus, galerias e sítios históricos; festivais, rodeios e festas regionais; esportes nas paisagens naturais; visitas a paisagens cênicas, fauna e flora; gastronomia regional; artesanato e produtos agroindustriais.

<sup>1</sup> Docente do Dep. de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Endereço para correspondência: Universidade Estadual de Londrina. Dep. de Geociências. Campus Universitário s/n. Caixa Postal 6001. 86051-990 Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: fusalve@sercomtel.com.br.

Mesmo tendo em conta que os lugares mais diversos podem ser transformados em turísticos, e temas inusitados podem ser transformados em atrativos turísticos, fica claro que alguns fatores pré-existentes vão facilitar o início da atividade turística no espaço rural e, com um enfoque restrito aos elementos culturais da potencialidade, será aqui feita uma sintética revisão bibliográfica.

Ao efetuar a análise do turismo rural, considerado-o como a oferta de atividades que são comuns ou estão relacionadas ao modo de vida rural, o ponto de partida pode ser uma tipologia preliminar – relacionada à constituição ou aos caracteres do turismo rural, para chegar às potencialidades. A tipologia, apresentada a seguir, é uma adaptação das várias que foram localizadas na bibliografia específica, utilizando principalmente o trabalho de Barrera (1998), relacionando um tipo aos seus atrativos principais:

- a) o **agroturismo**: a diversificação das atividades produtivas;
- b) o **turismo em paisagens naturais** (que está sendo chamado de *ecoturismo*): as caminhadas e observações, com informações a respeito destas paisagens;
- c) o **turismo de aventura**: a prática de canoagem, de *rafting* (descida em botes por rios de montanhas), de alpinismo, de cavalgadas e de caminhadas;
- d) o **turismo cultural**: informações a respeito da história e pré-história da região e pequenos museus organizados em propriedades rurais;
- e) o **turismo educativo**: ensino e participação em algumas atividades, como na agropecuária, na industrialização de alimentos, na conservação de áreas, na observação de aves e em trabalhos artesanais; também a visita a pequenos museus, caminhadas e cavalgadas;
- f) o **turismo esportivo**: a caça e a pesca;
- g) o **turismo gastronômico**: oferta de alimentação com produtos locais e de pratos típicos;
- h) o **turismo técnico-científico**: as produções agropecuárias que são destaques, as espécies vegetais nativas e os recursos paleantropológicos e geológicos.

Uma vantagem adicional é combinar estas diversas modalidades, como freqüentemente ocorre. Assim, vai-se considerar como potencialidade o fato da área analisada possuir atividades produtivas diversas ou que podem ser destacadas, paisagens naturais, trilhas para caminhadas e cavalgadas, uma história representativa, museus, facilidades para a prática do turismo de aventura e para o turismo esportivo, sítios paleantropológicos e geológicos e uma gastronomia típica.

Segundo Pellegrini Filho (1993), existem duas realidades na oferta diferencial do turismo: o patrimônio natural e o patrimônio cultural. O patrimônio cultural brasileiro começou a receber atenção do Estado desde os anos 30, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Já o patrimônio natural começou a ser objeto de preocupação a partir dos anos 70, mas ambos estão subaproveitados para as atividades de turismo e de lazer.

Quando o autor escreve sobre o turismo rural, faz referências às fazendas, sítios, bairros rurais e outros pontos de ocupação humana em áreas de serras ou à beira de rios encachoeirados ou em planícies ou mesmo com uma paisagem de determinada lavoura. Nesses locais podem ser praticadas as caminhadas, o turismo de aventura, o hipismo, a canoagem, a pesca, os acampamentos etc.

Também faz referências, dentro do turismo rural, às cidades que possuem a economia concentrada na pecuária de corte, onde podem ser criadas atividades turísticas para pequenos grupos, ligadas às atividades do campo. Um ponto de partida podem ser as festas como a Festa do Peão de Boiadeiro ou Rodeio Crioulo, ou outras com traços de regionalismo rural, continuando com projetos para a recepção contínua dos turistas.

Antigas fazendas de café podem ser utilizadas, unindo os atrativos naturais com os culturais. O mesmo pode ocorrer com a produção vinícola, com traços culturais de colônias de imigrantes e/ou com o patrimônio arquitetônico, conservado ou restaurado.

Uma discussão a respeito do conceito de patrimônio cultural é feita por este autor: há um empobrecimento quando fica restrito ao patrimônio arquitetônico. O significado atual de patrimônio cultural é mais amplo, incluindo outros produtos do sentir, pensar e agir humanos, como as inscrições

de povos pré-históricos, os sítios arqueológicos e objetos neles localizados, esculturas, pinturas, textos escritos, peças de valor etnológico e arquivos e coleções bibliográficas.

Destaca a atuação de Aloísio Magalhães no Brasil (na década de setenta), pela sua ênfase na noção de patrimônio cultural indo além dos artefatos da elite, não interessando apenas a casa-grande, mas também a senzala, as colônias, os movimentos reivindicatórios etc., estando incluídos, por exemplo, a medicina tradicional popular, a arte plumária e as pinturas corporais indígenas.

Um traço da cultura brasileira, apresentado por este autor, é a tendência de valorizar o novo, sendo que na sociedade de consumo atual esse traço é acentuado pelos veículos de comunicação, induzindo à aquisição de novos produtos, e dificuldades de valorização do antigo. Essa característica traz, como consequência, uma dificuldade na conservação e valorização dos bens culturais. Mas Urry (1996) afirma que populações em processo de envelhecimento ficam atraídas por museus – e a população brasileira já está neste processo. A estrutura etária está sofrendo importantes alterações pela mudança no comportamento reprodutivo e pela diminuição da mortalidade.

Atualmente, o Brasil está com 13,5 milhões de idosos (8,65% da população); projeções indicam que estará com 56 milhões de idosos no ano 2.050 (correspondendo a 24% da população prevista). O critério estatístico da Organização Mundial da Saúde (OMS), adotado no Brasil, considera idosa a pessoa com mais de 65 anos, se for habitante de um país rico; o limite de idade cai para 60 anos, se fizer parte da população de um país pobre. Em um suplemento dedicado ao tema dos mais velhos, encontramos o seguinte texto no jornal *Folha de São Paulo* (Franco, 1999, p. 5):

“Assim como as universidades, outros setores começam a perceber os interesses e as necessidades das pessoas da terceira idade – com destaque para os segmentos voltados para o lazer e a cultura. [...] Os turistas com mais de 60 anos já representam entre 16% e 35% dos clientes das agências [...] Uma das razões para isso é que, sem filhos em idade escolar, viajam na baixa estação, com preços em média 30% menores. ‘Eles gostam de excursões tradicionais, de viagens para Caldas Novas (GO) ou pela serra gaúcha, mas também curtem aventuras e viagens para lugares exóticos, como qualquer outro turista...’”.

Urry (1996), comentando o que ocorreu na Inglaterra, observa um crescimento espetacular dos museus e que os objetos dignos de serem conservados aumentaram enormemente: ocorreu uma mudança no conceito de história – ao invés de uma única história, a nacional, proliferam as histórias alternativas ou regionais. As pessoas parecem atraídas pelo comum, por casas modestas e formas de trabalho: tecelagem de algodão, manufaturas de sapatos e mineração de forma tradicional são hoje, na Inglaterra, atrativos turísticos.

Após uma revisão bibliográfica, pode-se chegar a uma síntese própria preliminar dos principais elementos culturais da atratividade passíveis de análise no estudo da potencialidade do turismo rural. Está sendo feita uma divisão entre elementos da natureza e elementos culturais para conseguir maior clareza, mas ressalta-se que são sempre as características culturais que explicam a atratividade – é a lógica social que vai determinar se um determinado aspecto do sistema natural vai ser considerado turístico ou não.

Uma síntese dos elementos culturais que são potenciais como recursos turísticos pode ser a seguinte:

- a) atividades produtivas diversificadas e de destaque;
- b) informações contextualizadas da cultura erudita e popular;
- c) trilhas para caminhadas e cavalgadas;
- d) pequenos museus;
- e) oferta gastronômica típica;
- f) recursos paleontológicos;
- g) locais onde ocorreram eventos importantes;

- h) prédios que serviram de residência ou local de trabalho a personagens conhecidos;
- i) fazendas, sítios e bairros rurais;
- j) festas com temas rurais;
- k) colônias de imigrantes;
- l) patrimônio arquitetônico;
- m) festas tradicionais ou folclóricas;
- n) obras artísticas;
- o) obras que demonstram avanços técnicos ou científicos;
- p) balneários;
- q) exposições de produtos do meio rural;
- r) comércios ou pequenos mercados de produção e venda de artesanato.

Essa síntese preliminar dos elementos culturais da atratividade encaminha para a análise da ocupação humana do Norte Velho do Paraná, na sua história e pré-história. O Norte Velho está no início de um processo de diversificação do turismo em espaço rural, mas ainda com os elementos culturais subaproveitados – é necessário valorizá-los e protegê-los.

### **Um Cenário Possível: O Norte Velho do Paraná**

O Norte do Paraná é caracterizado, economicamente, como uma região onde a produção agrícola teve um crescimento expressivo na produção alimentar e na de café apenas nas décadas de quarenta e cinquenta do nosso século, e possuindo relações estreitas com o Estado de São Paulo, com quem faz divisa. Está dividido em Norte Velho (ou Norte Pioneiro), Norte Novo e Norte Novíssimo, divisão esta feita por alguns autores na década de sessenta, relacionada aos avanços da frente de expansão e frente pioneira. Informa Wachowicz (1987) que a denominação Norte Pioneiro foi criada por um radialista para substituir a de Norte Velho, criticada por alguns, e agora as duas denominações são utilizadas.

O Norte Velho corresponde às terras localizadas a leste do Rio Tibagi até os limites paulistas do Rio Itararé, ou o Nordeste do Paraná. Índícios arqueológico indicam, segundo Tomazi (1997), uma ocupação indígena no Norte do Paraná desde há oito mil anos, de caçadores-coletores não ceramistas da tradição umbu; e de há dois mil anos de ceramistas da tradição tupiguarani. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, a maior parte do interior do Paraná era para ser de domínio espanhol: foram os espanhóis (Cabeza de Vaca chefio uma expedição que cruzou o Rio Iguaçu, o Rio Tibagi e chegou ao Rio Paranapanema por volta do ano de 1541) quem primeiro penetraram no interior do atual território paranaense, também procurando indígenas como mão-de-obra para as *encomiendas*. De acordo com o autor, na página 76:

“Descreverei aqui apenas a sociedade dos povos Xetá e Kaingáng. Estes porque foram os últimos a ser ‘pacificados’ e aqueles porque representam a presença mais antiga ainda viva, de povos que ocupavam a região em estudo, e que são a expressão máxima de resistência por ocultação, isto é, resistiram, pelo menos, durante 100 anos ou mais (levando-se em conta as primeiras notícias de sua existência) ao contato com o ‘civilizado’, sendo ‘descobertos’ somente quando já estavam à beira do extermínio. Quanto aos Guarani, que viviam nesta região em grande quantidade e que lutaram inicialmente contra a invasão de portugueses e principalmente de espanhóis no início do século XVI, pouco a pouco foram sendo subjugados e ‘pacificados’ pela ação dos jesuítas que instalaram 13 reduções, abrigando aproximadamente 200 mil Guarani até a metade do séc. XVII”.

Reduções jesuítas espanholas foram espalhadas pelos vales dos rios Paranapanema e Tibagi, além de outros vales, até o início do século XVII – quando bandeirantes paulistas saquearam e destruíram as reduções, aprisionando milhares de índios que eram vendidos como mão-de-obra em São Paulo. Os jesuítas e os Guarani que conseguiram fugir foram em direção ao sul, onde foram fundadas outras reduções à margem esquerda do Rio Uruguai, que ficaram conhecidas como Sete Povos das Missões.

No início do século XIX, o Norte do Paraná estava também ocupado por alguns sertanejos que tinham se embrenhado nas matas. A Colônia Militar de Jataí foi fundada em 1855, e nesta época também aparecem os aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo (o último sendo fundado em 1859). A Colônia Militar de Jataí e o aldeamento de São Pedro de Alcântara, à beira do Rio Tibagi, originaram a cidade de Jataizinho; o aldeamento de São Jerônimo, perto da Serra dos Agudos, originou a cidade de São Jerônimo da Serra.

Segundo Braguetto (1996), o comportamento regional do Norte do Paraná como frente de expansão teve sua manifestação de maior importância em meados do século XIX, com o deslocamento dos mineiros. No início da década de 1840, muitos mineiros, além de grandes proprietários, eram também tropeiros. Utilizavam o caminho Viamão-Sorocaba, do centro produtor de gado, no Rio Grande do Sul, até o principal mercado consumidor, Sorocaba, passando pelo Paraná. Minas Gerais ainda sofria os impactos da decadência da mineração, e perturbações políticas também reforçaram a partida de mineiros para novas terras. Durante a Guerra do Paraguai uma parte da população também optou por deslocamento a locais isolados ao invés do alistamento militar. Alguns mineiros foram para os vales dos rios Itararé e Cinzas.

Na época, uma posse equivalia a uma água – uma cabeceira de um riacho –, e a posse terminava quando o riacho desaguava em um rio maior. Durante o século passado, a agricultura não teve desenvolvimento, pois ocorriam problemas na comercialização, pela falta de vias de transporte que comunicassem a região com o restante do território. Não havia ainda uma agricultura para o mercado. Aparecia, principalmente, a criação de porcos. Os colonos pobres, normalmente posseiros, faziam uma queimada na mata, plantando milho para a criação de porcos soltos. Os safristas percorriam a região comprando porcos e os reuniam em tropas (de quinhentos a mil porcos), levando-os a pé até os mercados compradores.

Na década de 1860, surgiram alguns núcleos habitacionais: Colônia Mineira (hoje Siqueira Campos), Tomazina (perto do Rio Cinzas), Santo Antonio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista. Em 1888 uma família vai se instalar em Jacarezinho, núcleo irradiador da frente pioneira do século XX. Além dos mineiros, paulistas e populações vindas do sul do Paraná deslocaram-se para a região.

Encontra-se já descrito o interesse pelas atividades de turismo relacionadas à caça e pesca na região – mas ainda para uma elite, formada pelos latifundiários paulistas. Escreve Wachowitz (1987, p. 87):

“As caçadas e pescarias eram o divertimento preferido pelos latifundiários paulistas. Encontravam nesse ‘esporte’, a oportunidade ideal para fugirem da rotina administrativa de suas fazendas e/ou ocupações industriais. Realizavam estes fazendeiros, de tempos em tempos, desde os últimos anos do Império, verdadeiras ‘bandeiras’, suficientemente equipados para passarem até algumas semanas nas margens dos rios do interior de São Paulo e Norte do Paraná. Peões, canoieiros, cozinheiros acompanhavam essas expedições ‘esportivas’”.

No início do século XX, há uma ampliação da criação de porcos pelo sistema de safra e aumenta a importância da produção de café. A ampliação da cafeicultura teve como ponto de partida o município de Ourinhos, no Estado de São Paulo, que foi atingido pela Estrada de Ferro Sorocabana em 1908. Mas o povoamento andava à frente dos trilhos, com a fundação de Jacarezinho em 1900 e de Cambará

em 1904. A frente pioneira, avançando pelo oeste de São Paulo, ultrapassou o Rio Paranapanema, fazendo surgir alguns núcleos, como Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924). No atual município de Ibatí, em 1916, são localizadas jazidas de carvão mineral, concentradas no Vale do Rio do Peixe, afluente do Rio Laranjinha.

No Vale do Rio Paranapanema já existiam alguns núcleos urbanos modestos, que serviam de apoio às plantações e criações de porcos. Com a chegada da marcha do café, ocorreram negociações, grilagens e expulsão de antigos moradores: a grilagem de terras ocorreu com a obtenção de títulos de propriedade, muitas vezes falsificados, sobre extensas áreas de matas. Com os títulos nas mãos, os portadores exigiam que as terras fossem desocupadas por quem estava nelas, surgindo muitos conflitos.

As aguadas (posses) foram substituídas pelas fazendas de café – mas continuava a ocorrer a produção de milho (para a criação e engorda de suínos), arroz e feijão, além da extração de madeiras. É só na segunda metade da década de vinte que ocorre a continuação da ferrovia São Paulo-Paraná, que tinha parado em Cambará, fazendo com que o Norte do Paraná ficasse vinculado ao Estado de São Paulo, e permitindo o escoamento da produção cafeeira. Foram introduzidas também as lavouras de cana-de-açúcar e de algodão.

Na década de trinta e de quarenta, a região que mais cresceu no Paraná foi o Norte Velho. A Estrada de Ferro São Paulo-Paraná alcançou as margens do Rio Tibagi em 1932. Duas companhias de terras japonesas fundaram os núcleos urbanos de Assaí e Uraí, fundamentalmente com imigrantes japoneses:

“A Brasil Tokushoku Kaisha – BRATAC – adquire inicialmente 12.000 alqueires de terras em 1929, mais 6.100 posteriormente e promove a colonização de Assaí, cuja comunidade constituída em sua maioria por ex-colonos paulistas, instala uma organização comunitária nos moldes do Japão, agrupando-se em torno de laços de solidariedade, subdividindo-se espacialmente, formando unidades de ‘Mura’, ou vilas agrícolas. A sobrevivência inicial e o sucesso econômico das comunidades de Assaí e Uraí se deve ao espírito comunitário em seus empreendimentos, tanto sociais como econômico-políticos” (Nakagawara, 1992, p. 6-7).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o café vai ocupar todas as terras disponíveis no Norte do Paraná, permitindo o surgimento de centenas de cidades na região. Em meados da década de 60 a cafeicultura passou a entrar em decadência, ocorrendo um processo de alteração de culturas (principalmente para soja, trigo e milho), expandindo a utilização de máquinas agrícolas, tratores, sementes e adubos e a implantação de agroindústrias. A pecuária bovina e suína também cresceu, e surgiram frigoríficos. Atualmente há uma retomada da cafeicultura através de nova tecnologia de plantio (café adensado) e de sementes selecionadas, e a pecuária suína está diminuindo de importância.

Bragueto (1996) informa que, na década de sessenta, a estrutura agrária regional sofre grandes mudanças, com a implantação de um projeto do Estado nacional de modernização da agricultura. O Norte do Paraná passa, então, por várias transformações:

- 1) alterações do uso do solo, com aumento das culturas temporárias e pastagens;
- 2) aumento de tratores, máquinas e instrumentos agrícolas;
- 3) aumento do número de estabelecimentos que utilizam adubos químicos e defensivos agrícolas;
- 4) aumento da concentração fundiária;
- 5) alterações nas relações de trabalho; e
- 6) êxodo rural.

O IBGE (Fundação, 1991) diferencia as atividades produtivas do Norte Velho da seguinte maneira: no noroeste penetrou a soja e o trigo, empregando moderna tecnologia; no sul ainda há a influência mineira, presente na pecuária e no cultivo de feijão e milho, este associado à criação de suínos, e na porção norte da mesorregião há expansão da cultura de cana-de-açúcar e implantação de destilarias.

As cidades situadas ao longo do eixo da BR-369 estão diretamente influenciadas pela economia paulista, como Cornélio Procópio e Jacarezinho, importantes centros de distribuição de bens e serviços, além de receptoras da produção rural regional. Hoje possuem também importantes relações econômicas com Londrina, sendo que o sul da mesorregião está relacionado com os municípios de Londrina e de Ponta Grossa.

Todo esse processo de ocupação humana deixou marcas na paisagem: muitas dessas marcas já foram perdidas, e o que restou necessita passar por um processo social de valorização.

## **O Aproveitamento Atual do Potencial Turístico na Região**

A pesquisa em andamento está analisando o turismo em espaço rural na região, e o subaproveitamento do potencial cultural fica evidente. Resultados parciais do trabalho de campo indicaram a existência de atividades bastante diversificadas, o que é desejável, mas com poucos elementos relacionados à riqueza histórica e pré-histórica da região.

Os elementos mais citados, durante as entrevistas, e também os observados na pesquisa empírica, são os elementos dos sistemas naturais, mesmo quando transformados pelo homem: as paisagens cênicas e panorâmicas, os rios e as represas. Estão, aparentemente, à disposição; num primeiro momento podem aparecer como locais a serem aproveitados como recursos turísticos sem a necessidade de investimentos ou com pouco investimento na infra-estrutura, mas, se isto ocorrer, e se estudos não forem realizados, a degradação ambiental é um risco. O risco realmente existe. Apesar de o turismo na região poder ser caracterizado como um turismo de pequena escala, ocorrem concentrações de pessoas em determinadas ocasiões: em Sapopema, no Salto das Orquídeas, o proprietário faz referência a trezentos automóveis por ocasião do Carnaval, e nenhuma taxa estava sendo cobrada, naquele momento, para o acampamento – ele recebe rendimentos com o restaurante e bar rústico lá instalado; o Distrito da Cachoeira, em Ribeirão Claro, já recebeu, segundo o prefeito, cinco mil pessoas, em eventos no verão; Carlópolis também recebeu aproximadamente cinco mil pessoas no Carnaval. Para efeitos de comparação, Sapopema tem aproximadamente sete mil habitantes; Ribeirão Claro onze mil e Carlópolis doze mil.

Em seguida aparecem, como recursos ou elementos da potencialidade turística, as matas existentes, as fazendas e os bairros rurais. No Distrito da Cachoeira, percebe-se semelhança do processo que lá está ocorrendo com o processo que ocorreu em Ilhabela, com as famílias caiçaras (Calvente, 1993): o início de uma demanda turística na temporada fez com que as famílias moradoras fossem para as casas de parentes ou amigos e alugassem o local de residência; algumas residências estavam sendo construídas especificamente para o aluguel na temporada e as que estavam alugadas para moradores, de acordo com os planos dos proprietários, assim que possível passariam a ser locadas apenas para turistas.

Balneários, trilhas para caminhadas e cavalgadas e transmissão de informações também possuem importância, segundo os entrevistados. Menor referência têm a oferta gastronômica típica, os pequenos museus, os recursos geológicos e paleontológicos e o clima – quando o clima foi referido, em duas ocasiões, o atrativo considerado foi por ser quente e ensolarado, sendo relacionado com os balneários.

Com apenas uma referência estão os recursos paleantropológicos, o patrimônio arquitetônico, os pequenos mercados de produção local e a venda de artesanato (a venda de artesanato indígena foi a referência). Nenhuma referência foi feita com relação a locais onde ocorreram eventos importantes, prédios que serviram de residência ou local de trabalho a personagens conhecidos, colônias de imigrantes, obras artísticas e obras que demonstrem avanços técnicos ou científicos. O patrimônio cultural ainda é praticamente desconhecido no seu potencial turístico.

## Referências Bibliográficas

- BARRERA, Ernesto. Situación del turismo rural en la Republica Argentina. In: ALMEIDA, Joaquim A., FROEHLICH, José M., RIEDL, Mário (Org.). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998. p. 139-158.
- BRAGUETO, Claudio R. *A Inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na Divisão Internacional do Trabalho*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- CALVENTE, Maria del Carmen M. H. *No Território do Azul-Marinho. A busca do espaço caiçara*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- FRANCO, Célia de G. O caminho de volta à universidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 set. 1999. Especial, p. 5.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991 - Paraná*. Rio de Janeiro : IBGE, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais - suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim A., FROEHLICH, José M.; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria : Universidade Federal, 1998. p. 11-47.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. *Manual Operacional do Turismo Rural*. Brasília : MICT/EMBRATUR, 1994.
- NAKAGAWARA, Yoshia. Imigrantes: progresso material e diversidade cultural no Paraná. *Folha de Londrina*, Londrina, 01 set. 1992. Especial, p. 1-9.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, Cultura e Turismo*. Campinas : Papirus, 1993.
- TOMAZI, Nelson D. *“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias*. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.
- URRY, John. *O Olhar do Turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo : SESC/Studio Nobel, 1996.
- WACHOWICZ, Ruy C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba : Vicentina, 1987.

## The rural tourism and the cultural potential

### Abstract

This paper presents elements for research about the potentiality of a place or region for rural tourism focusing the case of the cultural potential in “Norte Velho do Paraná” (the region of Old North of Paraná) and its subutilization.

**Key words:** attractiveness, cultural elements, geography, “Norte Velho do Paraná”, rural tourism.

HUERTAS CALVENTE, M. del C. M. The rural tourism and the cultural potential. *UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 83-90, mar. 2000.